

## **Campo e cidade no contexto histórico Latino-Americano**

PAUL SINGER

### INTRODUÇÃO

Para que se possa fazer uma idéia adequada do papel que campo e cidade desempenharam no contexto histórico latino-americano, é preciso, de início, abandonar a distinção ecológica-demográfica formal entre as duas categorias. Admitir um limite qualquer, de tamanho da população ou de densidade demográfica para distinguir campo e cidade só tem sentido numa situação histórica dada. Se o problema, no entanto, consiste em analisar campo e cidade ao longo de um período histórico, o critério formal tem que ser substituído por uma noção mais ampla e multiforme. Esta noção tem que ser simultaneamente política e econômica, partindo de uma divisão de poderes e de atividades entre campo e cidade.

Assim, pode-se admitir que o poder político nacional e regional tem que ter por sede uma base urbana: Na medida em que o exercício do poder requer a existência e o uso de aparelho administrativo e de força armada, ele impõe a reunião num mesmo lugar de um corpo de funcionários, civis e militares, que, desta maneira, “criam” a cidade, quando esta já não pré-existe. O poder político, no campo, é necessariamente descentralizado, abrangendo uma área muito mais limitada. É o poder local, exercido pelos que detêm a propriedade da terra ou, então, pelos representantes do poder central. Neste sentido, campo e cidade se distinguem pelo âmbito e, portanto, pela natureza do poder que nelas encontra abrigo. A cidade, que sedia o poder como uma de suas principais razões de ser, domina politicamente o campo, impondo-lhe sua autoridade e sua lei. Nestes casos, a cidade sede do poder recebe um fluxo de recursos do campo, geralmente sob a forma de tributos, parte dos quais, pelo menos, é retida nela e serve ao sustento de uma parcela da população urbana.

Do ponto de vista econômico, a divisão de trabalho entre campo e cidade se caracteriza, num nível elevado de abstração, pela ausência de atividades primárias —agrícolas e extrativas— na cidade. Este tipo de

atividades requer, em geral, uma utilização extensiva do espaço, incompatível com a ocupação mais densa do solo que caracteriza a cidade. A exploração mineral pode constituir uma exceção a esta lei, mas apenas em termos relativos. Mesmo quando núcleos de mineradores chegam a se constituir em cidades, a atividade extrativa se faz, em geral, fora dos limites urbanos. Também não se pode desconhecer a presença de certas atividades agrícolas em cidades. Elas são, no entanto, praticadas na periferia da área urbana e constituem, em geral, atividades pouco importantes no contexto citadino.

Na medida, portanto, que a economia urbana exclui o contato direto com a natureza, a cidade não pode ser economicamente auto-suficiente e, de fato, quase nunca o é. O campo, pelo contrário, inclui entre as atividades que nele se realizam, as primárias, o que lhe permite, em princípio, ser economicamente auto-suficiente. Desta maneira, a cidade praticamente sempre depende do campo para sua subsistência, enquanto o campo só depende da cidade a partir de um certo grau de especialização das atividades que nele se desenvolvem. Mais especificamente, apenas quando no campo a atividade primária se torna a única ou quase isso é que ele passa a depender dos productos da cidade do mesmo modo que esta depende dos produtos do campo.

Cidade e campo constituem, desta maneira, dois modos distintos de organização da vida social.<sup>1</sup> A cidade, para poder subsistir, tem que dominar o campo, para dele extrair um excedente. Este domínio pode ser político, incluindo-se neste conceito a dominação ideológica. Caem, neste caso, portanto, as cidades que se formam ao redor de um centro religioso. As oferendas dos camponeses asseguram, nestas circunstâncias, a vida da cidade. Ou então, cria-se uma autêntica interdependência econômica entre campo e cidade. Neste caso, que só se configura como forma *geral* de relacionamento entre campo e cidade a partir da Revolução Industrial, a divisão de trabalho entre campo e cidade se define a partir da dinâmica da economia urbana. É no seu seio que se forjam as inovações técnicas, inclusive as que afetam as atividades típicas do campo, isto é, as agrícolas e as extrativas. Não é demais, portanto, falar de uma dominação do campo pela cidade, dominação esta que se torna mais completa quando ao seu aspecto político se agrega o econômico.

Neste trabalho, pretende-se examinar as transformações ocorridas, no contexto histórico latino-americano, das relações entre campo e cidade. As limitações de tempo e espaço impõem que o exame se faça num nível algo elevado de abstração: pretende-se apenas distinguir algumas transformações típicas que o correaram em certos lugares em determinados contextos históricos. Não se tentará avaliar em que medida tais transformações fo-

ram generalizadas, mas ênfase maior será dada aos mecanismos que as condicionaram.

#### DA CIDADE DA CONQUISTA A CIDADE COMERCIAL

O sistema econômico implantado pelos europeus no que seria mais tarde a América Latina tinha por objetivo geral a obtenção de um excedente comercializável. Este é que conferia sentido à colonização. A empresa militar a missionária tinha por objetivo mais imediato estabelecer, em terras americanas, um modo de produção capaz de produzir um excedente que pudesse ser apropriado pelas metrópoles e prontamente vendido nos mercados europeus. Para alcançar este objetivo, tornava-se imprescindível reordenar as relações de produção, onde isso fosse factível, ou introduzir novas, onde necessário, de modo a assegurar: a) a produção de um valor maior que o necessário à subsistência dos produtores diretos e b) que os bens que compunham o excedente fossem valores de uso efetivamente demandados na Europa.

A primeira condição impôs soluções diferentes conforme o grau de desenvolvimento das forças produtivas atingido pelas sociedades indígenas. Ali onde este grau era suficientemente elevado, como no México e no Peru, estabeleceram-se relações de produção do tipo servil, que permitia aos colonizadores extrair um excedente sob a forma de renda-trabalho (a mita) ou sob a forma de renda-produto (a encomenda). Em outras partes, como no Brasil, onde o desenvolvimento das forças produtivas dos indígenas era insuficiente para permitir a produção sistemática de um excedente, parte do solo foi diretamente expropriada, estabelecendo-se nela a grande fazenda açucareira trabalhada por escravos. Desta maneira, criou-se em vários lugares do continente, aquilo que seria a marca específica da Economia Colonial: um Setor de Mercado Externo, especializado na produção de mercadorias destinadas ao exterior, dominado pelas metrópoles.

A segunda condição era mais difícil ainda de preencher, devido à limitada capacidade de consumo das economias européias, em que a grande maioria da população ainda permanecia em comunidades rurais quase auto-suficientes. O mais-produto que se extraía destas comunidades, sob a forma de um excedente alimentar, servia para sustentar uma população urbana restrito formada por artesãos e um grande número de consumidores improdutivos: soldados, funcionários, sacerdotes, comerciantes, dignitários. Os aristocratas vendiam parte de suas rendas em espécie e compravam os produtos dos artesãos, grande parte de les bens de luxo. Dobb<sup>2</sup> chama a atenção para o fato que, durante a segunda metade do século XVI e pelo menos a primeira do século XVII, houve forte queda dos salários

reais, tanto na Inglaterra, como na França, Alemanha e Holanda. Dada a grande expansão mercantil na época, da qual a colonização da América foi uma das facetas mais importantes, ele se pergunta: “Como, em tais circunstâncias, se o consumo real das massas declinou, podia o nível de preços ter subido e permitido que os lucros elevados do período (dependentes essencialmente da margem entre preços e salários monetários, multiplicada pelo movimento das mercadorias) se efectuassem com êxito? Em outras palavras, ¿de onde a procura em expansão?” A resposta é obviamente o gasto das camadas ricas, favorecidas pela concentração da renda. “Muitas das indústrias em expansão desse período destinavam-se ao consumo de luxo dos que se achavam em situação melhor”.

Não era fácil encontrar, nesta situação, valores de uso em que se pudessem fixar o excedente extraído das colônias, ainda mais que as atividades artesanais, que supriam bens de luxo, eram zelosamente defendidas, por regulamentos corporativos e mercantilistas, da competição externa. Escrevendo sobre a vida urbana na Europa, de 1750, Dietz<sup>3</sup> diz: “Os níveis mais elevados de vida, na corte, que atingiram seu apogeu em Versailles, afetaram todos grupos da população. Eles estavam baseados, em grande medida, no uso de novos produtos de origem colonial, tais como chocolate, chá, café, açúcar, especiarias, madeiras corantes, tabaco, sedas, tecidos de algodão, jóias, mobília fina, porcelana, tapetes orientais, escravos e peles”. Não há dúvida que vários dos artigos mencionados — jóias, mobília, sedas, tapetes etc. — eram fruto de trabalho artesanal. Mas, é revelador de que tais bens vinham da Ásia, onde a penetração européia, até aquela altura, tinha apenas estabelecido enclaves comerciais e não da América, onde espanhóis e portugueses assumiram o controle político das sociedades indígenas. No fundo, os artigos asiáticos não eram propriamente coloniais,<sup>4</sup> sendo o resultado de um intercâmbio comercial entre economias que trocavam excedentes destinados ao consumo das classes dominantes. Estes artigos provindos da Índia, China e outras partes do Extremo Oriente, eram fruto de tradições culturais diferentes das européias, o que se exprimia sob a forma de valores de uso distintos dos produzidos pelo artesanato europeu, com o qual *não* concorria. Na América, no entanto, o colonizador não encontrou um artesanato igualmente desenvolvido, capaz de produzir valores de uso que despertassem *novas* necessidades de luxo na aristocracia européia.

Nestas circunstâncias, poucas alternativas permaneciam abertas ao conquistador. Uma delas era obtenção do excedente comercializável em ouro e prata, metais que já eram largamente utilizados como material monetário, na Europa, gozando por isso de enorme liquidez. Valores em ouro ou prata podiam ser prontamente metamorfoseados em qualquer outro

valor de uso existente no mercado. A essa vantagem, já por si decisiva, acrescia o fato de os metais preciosos possuírem elevada densidade de valor, ou seja, o seu valor de troca se fixava em quantidades comparativamente muito reduzidas, em termos de volume e peso, o que reduzia consideravelmente a incidência dos custos de transporte. No mesmo sentido, atuava ainda outra característica dos metais preciosos: sua inalterabilidade no tempo, o que lhes conferia evidente superioridade face a outros bens mais perecíveis. Era, pois, bastante racional o entusiasmo com que espanhóis e portugueses se lançaram à busca de áreas que contivessem depósitos exploráveis de ouro e prata. Os primeiros foram bem sucedidos, principalmente na Nova Espanha (México) e no Peru, onde organizaram Setores de Mercado Externo quase exclusivamente dedicados à produção daqueles metais. Os portugueses só acabariam descobrindo depósitos auríferos, no Brasil, a partir dos fins do século xvii. Antes disso, organizaram no nordeste brasileiro a produção de açúcar, em grandes fazendas à base do braço escravo importado da África. O açúcar era um produto “novo”, que substituíra o mel na dieta das classes ricas e já tinha sido introduzido no mercado europeu anteriormente pelos portugueses, que dominavam a sua técnica de produção.

Por curioso que pareça, durante os dois primeiros séculos de colonização, em toda América Latina, o Setor de Mercado Externo se manteve extremamente especializado. Todo excedente quase tomava a forma de ouro, prata ou açúcar. As demais exportações foram muito insignificantes. No século xviii houve uma diversificação algo maior; ao lado daqueles produtos, que mesmo então não perdem a primazia, surgem com certo destaque o cacau (sobretudo na Venezuela), o algodão (principalmente no México e no nordeste brasileiro), o tabaco (nas Antilhas e no Brasil) e o couro (sobretudo no Prata) nas pautas de exportação. O que importa aqui é que todas estas atividades eram extrativas ou agrícolas, isto é, afetavam directamente o campo. É verdade que a produção do açúcar requeria atividades manufatureiras, mas estas eram realizadas (devido à alta perecibilidade da cana madura) em engenhos localizados dentro da propriedade agrícola. Deste modo, a conquista e a colonização operam um rearranjo relativamente limitado nas atividades primárias, fazendo surgir em cada região no máximo uma atividade especializada, orientada ao mercado externo. O resto das atividades primárias foi, pelo menos no início da colonização, menos afetado. Extraía-se dele, geralmente por meios tributários, um excedente alimentar, parte do qual se destinava a sustentar os trabalhadores (sempre forçados: servos ou escravos) do Setor de Mercado Externo. Desta maneira, organizou-se um sistema que permitia explorar simultaneamente os trabalhadores engajados no Setor de

Mercado Externo e os que permaneciam no Setor de Subsistência. O excedente assim obtido era apropriado em parte pela Coroa, sob a forma de impostos, em parte pelos mercadores que dispunham de posições monopolísticas e, finalmente, pelos sustentáculos da nova ordem colonial: soldados, funcionários, sacerdotes.

Neste sistema, o papel econômico das cidades era essencialmente estéril. Não se havia estabelecido uma verdadeira divisão do trabalho entre campo e cidade. Esta absorvia uma parte do excedente extraído do campo, mas nada lhe fornecia em troca que tivesse valor econômico. Nem por isso, deixava a cidade colonial de desempenhar um papel essencial na constituição e, depois, na preservação do sistema colonial. Seu papel consistia essencialmente em concentrar e, assim, potenciar a força de persuasão e a força de coerção da metrópole no corpo da sociedade colonial. O instrumento básico da força de persuasão era a Igreja, o da força de coerção os corpos de tropa e a burocracia civil. Ambos, para serem eficientes, necessitavam de uma base urbana. Como reconhece Gibson<sup>5</sup> “se os espanhóis iriam utilizar a estrutura política sobrevivente da sociedade nativa na manutenção do seu próprio controle, isto teria que presumivelmente ser feito a partir de centros urbanos equivalentes”.

Em Nova Espanha, tanto quanto no Peru, as sociedades pré-colombianas já estavam organizadas de modo a assegurar uma transferência sistemática de excedente do campo à cidade, sede da classe dominante sacerdotal. Os espanhóis herdaram esta organização e trataram de utilizá-la para seus próprios fins. Estabeleceram para tanto *ciudades de españoles* à ilharga das comunidades indígenas, transformadas em *encomiendas*. No caso específico da cidade do México, ela foi fundada no sítio da antiga capital azteca Tenochtitlan, com o fito de herdar-lhe as funções. Nas palavras de seu fundador Cortés: “Assim como esta cidade foi antes o senhor e a amante de todas estas províncias, assim o será no futuro”. No Brasil, os portugueses não encontraram uma civilização urbana pré-existente e, por isso, tiveram menos urgência em organizar a exploração colonial a partir de bases urbanas. Mas quando a ordem escravocrata finalmente deitou raízes e a economia nela baseada prosperou, o problema essencial de manter os escravos jungidos à fazenda passou a requerer forças de repressão concentradas em centros urbanos. A formação de quilombos de escravos fugidos —verdadeiras comunidades autônomas estabelecidas em terras devolutas e oferecendo aos cativos uma alternativa de liberdade— passou a representar uma ameaça cada vez maior à estabilidade do sistema. Houve quilombos em todas as áreas e em todas as épocas em que predominou a escravatura no Brasil. Os maiores se impunham aos poderes locais, assaltavam fazendas e libertavam os cativos,

aceitando inclusive índios hostis aos colonos. O maior e o mais célebre dos quilombos —o dos Palmares— durou quase um século e chegou a contar com 20 000 habitantes. A contínua luta contra os quilombos, condição “sine-qua-non” para a preservação da ordem escravocrata, demandava tropas, que só podiam ser recrutadas, municionadas e provisionadas com recursos concentrados nas cidades. A concentração do excedente na cidade era a única maneira de se reunir recursos que podiam ser usados para a mobilização de forças capazes de defender o sistema de exploração colonial de ameaças de fora e de dentro.<sup>6</sup>

Mas, a cidade desempenhava um papel estratégico não apenas na manutenção do sistema de exploração, mas também na repartição do excedente. A parte da Coroa era coletada por um sistema fiscal de base urbana. O resto era repartido entre os mercadores que dispunham, em geral, de posições monopolistas e a Igreja que não poucas vezes desempenhava funções de capitalista financeiro. É claro que a apropriação do excedente pelos seus beneficiários “legais” não era, em regra, pacífica. Os vários quinhões eram constantemente ameaçados pela ação de contrabandistas e corsários. Para coibí-la, o excedente de vastas áreas era concentrado em alguns poucos pontos, mais fáceis de fiscalizar e de defender. Daí a importância das duas grandes capitais mineiras —México e Lima— no império hispânico, assim como a transferência da capital do império luso-americano para o Rio, no século XVIII, quando se tornou o único escoadouro permitido do ouro das Gerais.

Deste modo, surge na América um sistema urbano, criado com o objetivo básico de sustentar o sistema de exploração colonial. A cidade da conquista é implantada como ponto fortificado, a partir do qual se irradiava o poder colonizador, submetendo as populações indígenas à autoridade política do rei e ideológica da Igreja, expropriando e redistribuindo terras, aniquilando quilombos, reprimindo o contrabando e as incursões de corsários e de forças colonialistas rivais.

Mas, se a rede urbana criada pela conquista se limitava ao desempenho destes papéis, ela se constituiu em pedra angular de um sistema que pouco a pouco passou a desenvolver as forças produtivas, o que não podia deixar de acarretar uma gradual ampliação e diversificação de suas funções. O ponto de partida deste processo foi, provavelmente, a própria expansão dos Setores de Mercado Externo, nos quais se incorporava um volume crescente de trabalhadores, produzindo um excedente cada vez maior. Na segunda metade do século XVII, o monopólio luso-brasileiro no mercado do açúcar se rompe com o surgimento de uma próspera competidora nas Antilhas. Em compensação, o monopólio espanhol na produção de metais preciosos é aniquilado, na primeira metade do século XVIII, pela desco-

berta de grandes jazidas auríferas no Brasil. Como já foi mencionado antes, a expansão das forças produtivas na Europa a partir do século XVIII abre mercados para novos produtos coloniais, o que permite que áreas, até então intocadas ou relegadas a uma miserável economia de subsistência, pudessem ser incorporadas ao Setor de Mercado Externo.

É claro que esta contínua expansão do Setor de Mercado Externo teria que repercutir sobre o Setor de Subsistência. De início, desastrosamente: a crescente demanda de mão-de-obra foi certamente uma das principais causas da terrível mortandade de indígenas, nos dois primeiros séculos de colonização, que em muitas áreas atingiu proporção de hecatombe.<sup>7</sup> O quase extermínio de populações inteiras tinha que levar, forçosamente, a uma regressão das forças produtivas, principalmente ali onde elas tinham atingido maior desenvolvimento: entre os aztecas e os incas. Mas, a partir de um ponto consideravelmente mais baixo, as forças produtivas do Setor de Subsistência voltam a crescer. O Setor de Mercado Externo constitui um mercado em forte expansão, que já não pode mais ser sustentado apenas pelo excedente arrancado das comunidades indígenas depauperadas mediante as encomendas. Os portugueses, que nunca puderam contar com um excedente alimentar nativo obtido desta forma, estabeleceram desde o início fazendas de gado no sertão nordestino, capazes de fornecer, mediante a troca comercial, um excedente alimentar aos engenhos açucareiros da costa. No México, os sistemas da encomenda e do repartimento foram sendo paulatinamente complementados primeiro e substituídos depois pela fazenda colonial, cujos trabalhadores nominalmente livres —os peões— estavam de fato presos à terra mediante a instituição do endividamento perpétuo. O século XVIII —e o século XIX mais ainda— assiste ao contínuo espraiar da fazenda produtora de excedente alimentar e de animais de tração por todas as partes da América Latina: surgem as estâncias de gado no sul do Brasil, nos pampas platinos, nas planícies venezuelanas (llanos) assim como na Colômbia, em Cuba, etcétera.

O latifúndio de subsistência expande as forças produtivas agrícolas basicamente porque se destina a produzir um excedente que é vendido, isto é, que lhe volta sob a forma de moeda, valor intercambiável. Sua produção entra num circuito de trocas, o que lhe permite certa especialização. É claro que este desenvolvimento tem limites muito estreitos: as técnicas de produção continuam primitivas, a maior parte do excedente é desperdiçado, em luxos inconcebíveis, pela nova elite de “criollos” na Europa ou nas cidades principais. No entanto, certo avanço foi inegável. Aguilar Monteverde<sup>8</sup> aduz abundantes elementos que testemunham ter havido progressos sensíveis na agricultura mexicana em fins do século

xviii e começos do seguinte. Donghi<sup>9</sup> oferece indícios que desenvolvimento análogo ocorria no Chile, na serra do norte peruano e em outras áreas periféricas à mineração.

Comparando-se a fazenda<sup>10</sup> com a comunidade indígena, ressalta a superioridade da primeira quanto à produção de excedente. A comunidade só o produz na medida em que os tributos o requerem. A fazenda, pelo contrário, é dirigida por interesses que tudo empreendem —operações em maior escala, redução, ao mínimo, do consumo do trabalhador— para lograr a maximização do excedente. O surgimento da fazenda pode ser considerado, pois, como o início de um processo de profunda reorganização das forças produtivas no Setor de Subsistência latino-americano.

A principal consequência desta reorganização, para a vida urbana, é que o excedente alimentar produzido pela economia de subsistência vai animar agora uma vida comercial cada vez mais ampla, de um lado, pela comercialização do próprio excedente alimentar e do outro, devido aos gastos da classe senhorial em todo tipo de bens de luxo, geralmente importados. Esta classe senhorial, composta tanto por plantadores e mineradores, que produzem para o mercado externo como por fazendeiros que produzem para o mercado interno, retém uma parcela ponderável do excedente colonial que é gasta, em sua maior parte, dentro de colônia. Esta passa a absorver um volume cada vez maior de mercadorias importadas da Europa, a ponto das reformas, que estabelecem o livre comércio, em 1778-82, entre a Espanha e suas colônias americanas, implicarem no reconhecimento de que “no tesouro metálico não era o único aporte possível das colônias à metrópole” sendo igualmente importantes “as possibilidades das colônias como mercado consumidor”.<sup>11</sup>

Começa a surgir, nas cidades, uma nova classe de comerciantes, financeiros (usurários), transportadores. A função comercial da cidade ganha cada vez mais importância. Em lugar de constituírem apenas pontos obrigatórios de passagem das mercadorias exportadas e importadas, várias cidades passam a ser centros importantes de redistribuição de mercadorias entre diferentes regiões da mesma colônia. Com o advento de maior liberdade de comércio, outorgada por Espanha em fins do século xviii e paulatinamente cedida por Portugal, incapaz de resistir às pressões inglesas, uma classe de comerciantes adventícios adquire peso crescente na sociedade colonial. Sendo esta uma classe urbana, o domínio da cidade sobre o campo se acentua. Na medida em que algumas cidades enriquecem, as comodidades e o brilho da vida urbana atraem grandes proprietários fundiários, que passam a residir nelas, gastando em serviços urbanos parcelas crescentes de sua renda. A cidade se torna, enfim, o fulcro da vida política colonial e o berço dos movimentos que deflagram e

luta pela independência, no primeiro quartel do século XIX. São certos interesses comerciais urbanos, afrontados pelas tentativas de recolonização após o fim da ocupação napoleônica da metrópole, os que se levantam, coligados à classe latifundiária crioula, em primeiro lugar em Buenos Aires, Caracas, Santiago, Bogotá contra as autoridades metropolitanas.<sup>12</sup>

É claro que, na América Espanhola, a longa e sangrenta série de lutas, que acabam resultando não só na independência mas também na fragmentação do continente em numerosas nações, acabam por mobilizar as massas rurais, muito mais importantes numericamente e que imprimem à luta seu selo específico. Não cabe, nos limites deste trabalho, entrar na análise de todos estes episódios, de importância decisiva para a configuração da América Latina hodierna. Basta ressaltar que, ao fim de todas as peripécias políticas e militares, surge na América Latina um certo número de nações, cada uma das quais organizada ao redor de um importante núcleo urbano: Argentina em função de Buenos Aires, Chile em função de Santiago, Venezuela em função de Caracas etc. Seria monótono multiplicar os exemplos. Interessa antes perguntar: poderia ter sido diferente? Possivelmente sim. As forças centrífugas, que arruinaram o plano de Bolívar de manter politicamente unificada a região andina, poderiam ter levado a subdivisões ainda mais extremas. Do mesmo modo, o antagonismo entre Buenos Aires e as províncias platinas do interior poderiam ter desmembrado ainda mais o antigo vice-reinado do Rio da Prata, do qual acabaram se destacando apenas a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai.

Talvez o exemplo mais elucidativo do processo seja o Brasil, país demasiado vasto para ter surgido simplesmente da polarização de um único centro urbano. Na verdade, a unidade política brasileira era pouco mais que formal nas primeiras décadas de sua vida nacional independente. Importantes movimentos secessionistas estalaram no nordeste (1924) e no sul (1835-1848), além de outros menores. O seu fracasso se deve fundamentalmente à capacidade do governo central de impor sua autoridade por meios militares, cuja base econômica era constituída pela centralização, herdada da colônia, de uma grande parte do excedente na capital. Não fosse a preeminência comercial e financeira do Rio e o governo central não teria tido recursos para armar e aprovisionar sucessivos exércitos, que acabaram por esmagar, uma por uma, as insurreições locais. Talvez não seja exagero dizer que foram as rendas derivadas das crescentes exportações de café o fator decisivo que permitiu à unidade nacional sobreviver à prolongada Guerra dos Ferrapos.<sup>13</sup>

Não temos dados que permitam validar ou invalidar a generalização do processo brasileiro ao resto da América Latina. Mas, num plano bem geral, é verdade que (após conquistada a independência) em todas as

partes as forças centralistas, de base urbana, acabaram triunfando sobre as forças autonomistas ou federalistas, de base rural. Este triunfo era, afinal, uma condição necessária ao estabelecimento da soberania nacional sobre vastas áreas esparsamente povoadas e muito pouco integradas economicamente. Comparando-se a América Latina de há 150 anos com a África recém-descolonizada, o que impressiona é o fato de o processo de fragmentação nacional não ter sido levado aqui muito mais longe. A resposta se encontra na capacidade aglutinadora de determinadas cidades-chaves, que, ao adquirirem preeminência comercial sobre amplias áreas rurais, não puderam ou não quiseram mais ser elos de transmissão de um sistema de dominação externo, passando aparentemente a incorporar em si *todas* as funções de dominação, a de exploração imediata do campo e a mais elevada, de cúpula de todo o sistema. Deste modo, o caráter cada vez mais comercial, que certas cidades vinham adquirindo na América Latina, entrava em contradição com o seu caráter de cidade da conquista, isto é, de prolongamento instrumental de um poder metropolitano que se tornava cada vez mais externo até ficar estrangeiro. Esta contradição era inevitável e estava fadada a eclodir mais cedo ou mais tarde: à cidade da conquista cabia exportar sem contrapartida o máximo possível de excedente colonial, ao passo que à cidade comercial convinha vendê-lo pelo melhor preço, maximizando o retorno. Desta maneira, a cidade comercial se fez porta-voz de todos os interesses que almejavam transformar o excedente comercializável em excedente *comercial* e, em aliança com eles, enfrentou e venceu a cidade da conquista.

#### DA CIDADE COMERCIAL A CIDADE INDUSTRIAL

O triunfo das forças urbanas e centralistas não apenas assegurou a formação de um certo número de nações de amplo território na América Latina; ele também assegurou a manutenção, em seus traços essenciais, do sistema de exploração colonial do campo não tanto “pela” como “mediante” a cidade. Como ninguém ignora, a independência não significou, de imediato, para as novas nações muito mais que uma troca de metrópoles, sendo Espanha e Portugal substituídos pela Inglaterra. A cidade, embora sede agora de um poder nacional, continuou, no plano econômico, desempenhando suas antigas funções: sustentáculo da ordem e canal de intermediação comercial e financeira pelo qual passava o mesmo tipo, em geral, de excedente de produtos agrícolas e extrativos. A contrapartida tornava-se algo maior, já que a parcela tributada do excedente permanecia dentro das fronteiras nacionais, principalmente na própria cidade, onde aparece uma nova burocracia estatal.

No fundo, o caráter parasitário da cidade, após a independência, se

acentuou. No período colonial, a capacidade de importar da colônia era severamente limitada pelo fato de que boa parte da renda excedente era apropriada pela metrópole. Esta limitação tinha por efeito reservar o mercado interno da colônia para as manufaturas locais, parte das quais acabou se instalando e, dentro de certos limites, prosperando na cidade. Poder-se-ia dizer, portanto, que a cidade colonial tinha adquirido, pouco antes da independência, um caráter artesanal de certa significação, embora secundário em relação às suas funções políticas e comerciais. A independência, por si mesma, não alterou esta situação. Antes pelo contrário, as longas lutas acabaram por desorganizar, em certa medida, o Setor de Mercado Externo, ocasionando certa contração das exportações até meados do século XIX, o que deve ter estimulado a produção artesanal. Donghi (*op cit.*) atribui este fato a fatores externos, à falta de capitais europeus ou ao seu interesse em se dedicar à reabilitação das economias de exportação latino-americanas. Parece mais provável que o ambiente de incerteza política, que caracteriza as primeiras décadas de vida nacional independente na maioria dos países do continente, tenha contribuído decisivamente para retardar a retomada e expansão das atividades exportadoras. Seja como for, na segunda metade do século passado, o Setor de Mercado Externo passa a crescer a ritmos inéditos em várias partes da América Latina. A revolução industrial, que já se encontra então bem avançada no ocidente europeu e nos Estados Unidos, cria condições para uma vasta ofensiva comercial e financeira das novas potências industriais, em cuja vanguarda se encontra a Grã Bretanha e que vai atingir de modo intenso o continente. Na Argentina surge, pela primeira vez, um vigoroso Setor de Mercado Externo baseado na exportação de carne e cereais. No Brasil, se expandem simultaneamente, em áreas diferentes, culturas de café e de cacau e a extração da borracha. O café, o cacau, o algodão e o açúcar vão ser a base para o estabelecimento de importantes Setores de Mercado Externo no México, nas Antilhas, na Venezuela, na Colômbia etc. Algo mais tarde, a exploração de novos minérios valorizados pelo progresso tecnológico — petróleo, cobre, estanho etc.— terá o mesmo efeito.

Tudo isso vai levar a uma imensa ampliação da capacidade de importar, que agora não é mais taxada por tributos arrecadados pelas metrópoles européias. O seu resultado é uma substituição de importações às avessas: bens industriais importados substituem nos mercados locais os produtos do artesanato, que tende a se arruinar. A cidade comercial revela então o seu caráter fundamentalmente colonial. Ela utiliza sua hegemonia política sobre o campo para impor a liberdade de trocas, que favorece seus ganhos de intermediação às custas da manufatura nativa.<sup>14</sup>

A partir de cidade começam a ser construídos sistemas de transporte que servem, de um lado, à penetração das atividades de exportação em novas áreas e, do outro, à solidificação da unidade política nacional. Por estes sistemas penetram também as mercadorias estrangeiras, cujo triunfo nos mercados do interior é assegurado pela redução nos custos do transporte.

As linhas de crescimento colonial, que dão as características básicas da implantação urbana na América Latina, se mantêm e, de certo modo, se acentuam. A extração de excedente alimentar do campo, destinado à manutenção dos que trabalham no Setor de Mercado Externo e dos que vivem na cidade, é continuamente aperfeiçoada pela expansão do latifúndio, em terras virgens (como no Brasil) ou às custas das comunidades indígenas (como no México e no Peru). Amplia-se o número de peões, sujeitos à servidão da dívida, embora surjam também, em áreas limitadas, camponeses de origem européia, cuja economia é relativamente menos aberta que a do latifúndio. A cidade se apropria agora de uma parcela ponderável de um excedente cada vez maior. Ela cresce de forma contraditória. Vem ter a ela todos os que possuem rendas elevadas para gastar, inclusive agentes comerciais e financeiros do capitalismo europeu e norte-americano. Mas ela atrai também uma massa de migrantes do campo, inicialmente do campo europeu no qual a penetração do capitalismo dissolve antigas relações de produção e libera força de trabalho. Bem mais tarde, já em pleno século atual, a difusão de normas sanitárias modernas reduz a mortalidade também nas áreas rurais latino-americanas, ocasionando um fluxo de migração à cidade que se acentua com o tempo. Surge, portanto, na cidade um proletariado precariamente ocupado em serviços, mas que terá importância como elemento constituinte de um mercado interno para produtos industriais.

O florescimento da economia colonial na América Latina independente é menos paradoxal do que parece. Compreende-se isso quando se considera que o movimento pela emancipação política não trouxe consigo qualquer mudança de força entre as classes. As promessas de libertação dos escravos e divisão dos latifúndios não foram cumpridas e nem poderiam sê-lo pois as classes que delas ter-se-iam beneficiado não tinham capacidade de organizar um poder nacional. Peões, escravos, índios viviam em comunidades isoladas e seu particularismo local os tornava politicamente impotentes, a não ser quando organizados por interesses urbanos, que naturalmente os utilizavam para seus próprios fins.<sup>15</sup> Deste modo, não houve (ainda) uma Revolução Latinoamericana, e os tipos de estrutura de dominação que se consolidaram após a independência só poderiam promover o crescimento da economia em moldes coloniais.

A crise da economia colonial tem seu início a partir do exterior, sendo

um reflexo da crise geral pela qual passa o capitalismo, em escala mundial, a partir de 1914. Já antes, crises de conjuntura tinham periodicamente reduzido a capacidade de importar dos países latino-americanos, com consequências diametralmente opostas no campo e na cidade. No campo, a redução da disponibilidade de mercadorias estrangeiras levava a um ressurgir precário do artesanato, em condições muito primitivas, como se pode observar no interior do nordeste brasileiro a partir da decadência de economia açucareira. Na cidade, o mesmo fato dá lugar a surtos mais ou menos efêmeros de industrialização por substituição de importações. Tais surtos regridem quando à depressão se segue novamente um "boom" de exportações, mas deixam vestígios. Certas atividades industriais lançam raízes na economia urbana, beneficiando-se da proximidade do mercado e do baixo custo da mão-de-obra. É de se assinalar que o próprio desenvolvimento urbano proporciona importantes economias externas a esta indústria de ocasião: energia elétrica, transporte, finanças. Consolidam-se, desta forma, interesses industriais em algumas das grandes cidades do continente. Há casos em que tais interesses são já suficientemente poderosos para impor entraves à liberdade de trocas, protegendo suas posições no mercado interno. Com a crise geral, que a Primeira Guerra Mundial representou para o comércio mundial, estas tendências se acentuaram produzindo, no após-guerra, uma fratura no consenso político urbano dos países que experimentaram certa industrialização enquanto durou o conflito: à oligarquia comercial-latifundiária se passou a opor uma nascente burguesia industrial.

Neste ponto, a possibilidade de generalizar para o conjunto da América Latina, mesmo em elevado nível de abstração, deixa de existir. O continente passa por uma diferenciação crescente: em alguns países, a burguesia industrial conquista a hegemonia e inaugura uma era de desenvolvimento industrial; em outros, a oligarquia retém o seu domínio e a economia colonial permanece em suas linhas essenciais; em Cuba, finalmente, burguesia e oligarquia são derrubadas por uma revolução que inaugurou, em solo americano, uma experiência inédita.

É interessante analisar a relação entre o grau de desenvolvimento urbano, atingido pelos diversos países latino-americanos, e o início do seu processo de industrialização. Como se viu, a cidade, nesta altura (1914-1930), é basicamente anti-industrial. Ela é o bastião dos interesses oligárquicos, que favorecem a integração crescente do país na divisão internacional do trabalho, como produtor especializado de produtos primários. Mas, nem por isso, deixa a cidade de ser também o grande mercado interno de produtos industriais, em geral importados. Quando se manifesta a escassez destes produtos, por crises induzidas do exterior, a po-

pulação urbana não tem como ressuscitar formas mortas de produção artesanal, processo que no campo torna-se viável porque nele o artesanato nunca foi inteiramente exterminado, mantendo ainda certa clientela entre as camadas mais pobres da população. Os padrões de consumo do morador da cidade, no entanto, não podem mais ser atendidos por produtos artesanais. (Como a vida urbana moderna já é um produto da industrialização, ela requer bens industriais: energia elétrica, transporte motorizado, utensílios domésticos etc.).

Nestas condições, a substituição de importações torna-se quase inevitável, *desde que* o mercado constituído pela população urbana seja suficientemente amplo para justificar a instalação de unidades fabris modernas. De modo que o início da industrialização e principalmente o seu prosseguimento além do estágio de substituição de bens de consumo não duráveis dependem do grau de desenvolvimento urbano anteriormente alcançado. As raízes do processo se encontram, portanto, no passado colonial, na capacidade que a cidade comercial teve, no início de século XIX, de organizar politicamente uma maior ou menor área territorial e, com o tempo, de torná-la uma nação. Pois não há dúvida que o tamanho da economia urbana de cada país latino-americano era basicamente função do tamanho do seu território e de sua população. Assim, no período que foi o decisivo para a industrialização na maior parte destes países, entre a primeira e a segunda Guerra Mundial, os maiores mercados urbanos se situavam também nos países de maior território e população: Argentina, Brasil e México.

Em alguns dos países médios, como o Chile e a Colômbia por exemplo, mercados urbanos algo menores mas ainda assim ponderáveis, puderam servir mais cedo de base ao processo de industrialização mediante a substituição de importações. Nestes países, no entanto, a industrialização foi mais precária, sofrendo severas limitações devido à estreitez do mercado interno. Em outros países, de base urbana "grosso modo" equivalente, a industrialização começou muito mais tardiamente, como no caso da Venezuela, do Peru e de Cuba. Os países pequenos, não por acaso, se mostraram impotentes para sustentar um processo sistemático de substituições de importações.<sup>16</sup>

Sendo a indústria uma atividade eminentemente urbana, o seu aparecimento e expansão torna a cidade latino-americana, pela primeira vez desde a conquista, produtiva. No seu intercâmbio com o campo, a cidade pôde finalmente, oferecer uma contrapartida econômica em troca do excedente alimentar. Só a partir de então se estabelece uma verdadeira divisão de trabalho entre cidade e campo. Mas, esta divisão estava fundamentalmente viciada pelas relações de exploração pré-existentes. Os me-

canismos pelos quais a cidade extraia o excedente alimentar do campo, sob a forma de tributos, remuneração por serviços de intermediação (lucros comerciais e juros) e renda da terra, mecanismos herdados do período colonial e aperfeiçoados após a independência, não foram abolidos de uma vez pela industrialização. Desta maneira, a contra-partida de produtos industriais oferecidos pela cidade em troca do excedente alimentar obtido do campo tendia a ser muito pequeno basicamente devido ao reduzido poder aquisitivo da população rural. Só num estágio muito mais avançado de industrialização, quando a cidade cresce a taxas muito elevadas, expandindo aceleradamente sua demanda por alimentos e matérias primas agrícolas ou extrativas, é que as velhas formas de exploração do campo são parcialmente abandonadas, surgindo nas áreas de melhor acesso ao mercado urbano uma agricultura capitalista, cujos produtos alcançam preços que cobrem seus custos e proporcionam ao capital taxas adequadas de lucro.

É por isso que, durante um amplo período (que no Brasil, por exemplo, ainda não está encerrado) a industrialização se faz à margem do campo, isto é sem que o mercado representado pela população rural e das pequenas cidades desempenhe qualquer papel decisivo. Num país de grande território irregularmente povoado como o Brasil, a unificação do mercado interno significa praticamente apenas a interligação do principal polo industrial (São Paulo) com as capitais regionais mais importantes: Rio, Pôrto Alegre, Recife, Salvador, Belo Horizonte.

No fundo, a manutenção dos velhos mecanismos de exploração e de transferência de excedente, do campo à cidade, resultou do fato de que a industrialização na maioria dos países latino-americanos, não resultou de uma transformação mas de uma acomodação da mesma. A oligarquia foi permitido reter a propriedade do solo e as formas de exploração semi-servil da mão de obra. O latifúndio se manteve como forma fundamental de organização produtiva no Setor de Subsistência. Mesmo no México, onde a Revolução desencadeou, com atraso embora, uma ampla reforma agrária, as velhas relações ainda persistem no campo, embora atenuadas, e o latifúndio se manteve ou se reconstituiu em muitas áreas. O fato fundamental é que a pobreza do homem do campo não foi tocada, apesar da industrialização, em nenhum país da América Latina, com a notável exceção de Cuba, o único país onde as relações entre campo e cidade sofreram mudanças fundamentais.

O desenvolvimento capitalista traz em si um viéz notável a favor da cidade em prejuízo do campo. Este vai sendo paulatinamente despojado de uma atividade produtiva após a outra, até que nele restam unicamente as atividades primárias. Cada ramo que assim se desprende da agri-

cultura reaparece na cidade tecnologicamente revolucionado: indústria, comércio, finanças, etc. A esta migração de atividades se segue (embora nem sempre no mesmo ritmo) a migração da mão de obra que leva, finalmente, ao esvaziamento demográfico do campo, criando assim as condições para um desenvolvimento igualmente revolucionário das forças produtivas na agricultura. O desenvolvimento capitalista na América Latina, considerando-se apenas os países que efetivamente nele se lançaram entre as duas Guerras Mundiais, circunscreveu-se à cidade durante um longo período, sem provocar mudanças concomitantes no campo. O caráter fechado da fazenda de subsistência retardou o desprendimento das atividades manufatureiras da agricultura, obstaculizando ao mesmo tempo a migração dos trabalhadores. Criou-se, desse modo, um fosso ainda mais fundo entre campo e cidade, cuja industrialização prescindia do mercado rural para seus produtos, dado o insignificante poder aquisitivo dos seus habitantes. Como esta incapacidade aquisitiva do homem do campo resultava de relações de produção semi-serviis, impostas a partir da cidade, sua manutenção encontrava na hegemonia política da cidade um importante ponto de apoio. Dentro da cidade, a hegemonia das classes proprietárias dependia, muitas vezes, de sua aliança com a oligarquia ou grupos da mesma. Esta aliança, reforçada por laços econômicos entre os dois grupos, tendia a ser mais efetiva que a que poderia unir trabalhadores do campo e da cidade.

É isto o que mostra a análise histórica. A transformação da cidade da conquista em cidade comercial se faz mediante uma superação dialética, em que a característica básica da primeira — exploração do campo mediante seu domínio político — ficou preservada (“aufgehoben”) na segunda. Da mesma forma, quando a cidade comercial se transforma em cidade industrial, a mesma superação-preservação (“aufhebung”) tem lugar.

Resta a acrescentar que a limitação do processo de desenvolvimento ao âmbito urbano mais cedo ou mais tarde acaba por entrar o seu prosseguimento. É evidente que, em muitos países do continente atualmente, o latifúndio não consegue mais reter a mão-de-obra no campo. As imensas vagas de imigrantes que chegam à cidade quebram o equilíbrio estático das relações entre campo e cidade. O tumultuoso crescimento da população urbana coloca, mais cedo ou mais tarde, a necessidade de que as técnicas de produção agrícola sejam revolucionadas. Nestas condições, as formas tradicionais de exploração no campo começam a se tornar inviáveis, o que leva a crer que nos encontramos face a uma nova etapa nas relações entre campo e cidade na América Latina.

<sup>1</sup> Assim tem sido, pelo menos até as últimas décadas, quando o impacto da especialização e do avanço tecnológico atingiu a agricultura, nos países mais avançados, suscitando uma verdadeira “urbanização” do campo. Na medida em que estas mudanças levam ao desaparecimento do campesinato (processo que não parece ter se completado ainda em país algum), tende a desaparecer também o ‘campo’ como forma distinta de organização da vida social.

<sup>2</sup> Dobb, M., *A Evolução do Capitalismo*. Rio, Zahar Editores, 1965, pg. 153 (nota de rodapé).

<sup>3</sup> Dietz, F. C. *The Industrial Revolution*. New York, Henry Holt & Co., 1927, pg. 5.

<sup>4</sup> Consideramos artigos coloniais produtos provenientes de Economias Coloniais, cujo Setor de Mercado Externo está inserido numa divisão de trabalho que o torna complementar à economia metropolitana, sem competir com atividades que se desenvolvem nesta. A partir da segunda metade do século XVIII, quando se completa a conquista britânica da Índia, as manufaturas deste país são deliberadamente sufocadas para abrir caminho à penetração dos produtos industriais ingleses. Este fato ilustra bem a lógica econômica da colonização européia.

<sup>5</sup> Gibson, C. “Spanish-indian institutions and colonial urbanism in New Spain.” (In Hardoy & Schaedel (eds.) *El proceso de urbanización en América desde sus orígenes hasta nuestros días*, Buenos Aires, Editorial del Instituto, 1969, pg. 226.)

<sup>6</sup> “Em todas as partes da Colônia em que surgia a agricultura e a escravidão, logo os quilombos apareciam, enchendo as matas e pondo em sobressalto os senhores de terras”. Moura, C. *Rebeliões da Senzala*. São Paulo, Edições Zumbi, 1959, pg. 69. Consulte-se o mesmo autor para um amplo relato das lutas dos negros contra a escravidão em todo o Brasil e das formas de repressão utilizadas —entradas, bandeiras e expedições policiais —praticamente sempre por iniciativa dos vice-reis, governadores e câmaras municipais, isto é, do poder sediado em áreas urbanas.

<sup>7</sup> “. . . a hecatombe demográfica que os europeus ocidentais desencadearam quando entraram em contato com a população ameríndia e transmitiram doenças epidêmicas —variola, sarampo, tifo, principalmente variola— a pessoas não imunizadas. A população só se estabilizou na primeira metade do século XVII. Embora haja ainda relutância em se aceitar estimativas recentes da população do Mundo Novo por ocasião da conquista, não há dúvida que o declínio da população ameríndia ao redor de 1 600 era espantosa. Alguns sustentam que a razão de despovoamento —a razão da população antes da Conquista em relação à de 1 650— era da magnitude de vinte para um, talvez mais”. Stein, S. J., & B. H. *The Colonial Heritage of Latin America*. Oxford University Press, 1970, pg. 65.

<sup>8</sup> Aguilar Monteverde, A. *A Dialectica de la Economía Mexicana*. México, Editorial Nuestdo Tiempo, 1968, pg. 46-50.

<sup>9</sup> Donghi, T. H. *História Contemporânea de América Latina*. Madrid, Alianza Editorial, 1969, pg. 26-37.

<sup>10</sup> Distinguímos conceitualmente a “fazenda” da “plantação”, sendo a primeira voltada sobretudo à produção de um excedente agrícola comercializável no mercado interno, ao passo que a segunda se dedica à produção de produtos destinados ao mercado externo. Em ambas havia produção para auto-consumo dos seus moradores, mas esta, em geral, é mais importante na fazenda, de culturas mais variadas e onde os mesmos produtos (basicamente alimentos e animais de tração) são tanto usados ou consumidos dentro dela como vendidos fora, enquanto que na plantação a produção destinada à venda é fortemente especializada (monocultura) e apenas fatores residuais —terras— são empregados na produção de bens para o auto-consumo.

<sup>11</sup> Donghi, T. H. *Op. cit.*, pg. 18.

<sup>12</sup> Ao que parece, os comerciantes reinóis, ligados aos antigos privilégios monopolísticos, favoreciam o retorno ao estatuto colonial. A eles se opunham, no entanto, os novos interesses comerciais que se desenvolveram sob a vigência *de jure* ou *de fato* do livre câmbio e principalmente os latifundiários crioulos, que desejavam a redução do ônus da intermediação. Dentro das cidades, a coligação que lutava pelo livre câmbio e, portanto, pela independência era hegemônica.

<sup>13</sup> “O boom do café, a expiração do acordo tarifário com a Inglaterra (1844) e, mais tarde, o término do tráfico de escravos (1850), contribuíram para o financia-

mento das vitórias domésticas e estrangeiras de Caxias..." Campos, P. M. "O exército e o império" (In *O Brasil Monárquico*, tomo II, vol. 4o. da *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971, pg. 245). O mesmo autor mostra como a "revitalização" do exército, a partir de 1837, como aumento dos seus efetivos de 6.000 para 15.000 homens em tempo de paz e para 18.000 homens em guerra permitiu as vitórias de Caxias sobre a Balaiada, no Maranhão (em 1840), sobre as revoltas em São Paulo e Minas (em 1842) e finalmente sobre a Farroupilha, no Rio Grande do Sul em 1845. (pgs. 244-5).

<sup>14</sup> O triunfo do livre-cambismo na maioria dos países latino-americanos poderia ser interpretado também como resultado da hegemonia dos interesses "agrários" em relação aos "industriais", o que configuraria uma situação de hegemonia do campo em relação à cidade. Para não cair numa disputa apenas terminológica, é preciso ressaltar que o grupo vitorioso nas lutas que se travaram, durante a primeira metade do século passado, ao redor do caráter que as novas sociedades nacionais teriam, foi o dos latifundiários do Setor de Mercado Externo, que se tornaram a nova classe dominante. Os fazendeiros (ligados ao Setor de Subsistência e produzindo excedentes para o mercado interno) foram associados ao exercício do poder, mas num papel secundário. Consulte-se, a este respeito, Cardoso, F. H. & Faletto, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio, Zahar Ed., 1970, cap. III. Na maior parte do continente, os plantadores e mineradores exploravam o campo, mas integravam uma constelação de interesses políticos, comerciais e financeiros de inegável extração urbana (a "oligarquia"). Não havendo indústria moderna, tampouco poderia haver uma burguesia industrial urbana. As manufaturas existentes se localizavam principalmente nas áreas de mais difícil acesso às mercadorias importadas, isto é, no interior de cada país, no que poderia chamar genericamente de "campo". O artesanato urbano existente era muito fraco para poder enfrentar, sozinho, a coligação latifundiário-comercial a não ser apoiado em forças rebeldes rurais. Mesmo quando isso se deu, no entanto, acabou vencido.

<sup>15</sup> Bolívar, principalmente, mobilizou boa parte dos seus contingentes em camadas rurais que se opunham ao sistema de exploração colonial. Mas, uma vez obtida a independência, a "oligarquia" pouco a pouco estabeleceu sua hegemonia, contando para tanto com ajuda exterior em certas ocasiões e sobretudo graças ao fato de ser o único grupo cujos interesses ultrapassavam as fronteiras locais. No filme "Quemada" esta contradição está muito bem expressa.

<sup>16</sup> A recente instituição de mercados comuns na América Latina, principalmente o Centro-Americano e o Bloco Andino, constitui um "correção" *a posteriori* do mapa político do continente, no qual as nações médias e pequenas apresentam reduzida viabilidade industrial.